



Importância de metas ambiciosas para o Brasil é debatida em espaço da sociedade civil na COP 26

A necessidade urgente do Brasil se comprometer e se empenhar em alcançar metas ambiciosas de redução de emissões foi debate na tarde desta quinta-feira, no Brasil Climate Hub, espaço da sociedade civil na COP 26. Durante evento plural que reuniu governadores, parlamentares, representantes empresarias e lideranças dos movimentos ambientalista, negro e indígena, ficou claro o descontentamento com a política ambiental do país e a urgência em implementar medidas que garantam um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O debate refletiu todo o processo de construção realizado pela Iniciativa Clima e Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030 que, ao longo de seis meses, reuniu mais de 300 pessoas em consultas para a construção do documento apresentado na COP 26.

Dentro das visões e propostas para um futuro ambicioso de descarbonização para o País, a presidente do Instituto Talanoa, Natalie Unterstell, definiu o que ela considera um projeto de país: "Internamente, estamos numa fase de retrocesso, e o que a gente ouviu dos representantes da sociedade civil é que qualquer estratégia de mudança começa com o combate à desigualdade social, pois não há como pensar em desenvolvimento, no cenário atual, sem haver uma retomada da economia, com um mínimo de distribuição de renda. A economia precisa crescer de forma ambientalmente correta e a questão climática é uma oportunidade para debatermos um outro modelo de desenvolvimento que não seja poluente ou excludente e isso é possível, é bom para economia, é bom para os brasileiros, é bom para o planeta", sentenciou.

Na sequência, a ex-ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira foi enfática: "Estamos lutando por um Brasil que, hoje, não serve para nós, sociedade brasileira. Nosso foco não é apenas a eleição 2022. Vamos mudar a sociedade por dentro, porque os brasileiros merecem e o mundo espera isso de nós. Temos de agir e agir é tomar a agenda de clima para si, e o clima tem dois lados - o problema e a solução. O problema já existe. Temos de fazer parte da solução". Segundo Izabella Teixeira, "um presidente da República não pode destruir a história de um país, de uma sociedade. Então, nós temos que contar nossas histórias no Brasil do



futuro, contar novas e belas histórias sobre o futuro e para isso precisamos trazer o futuro para o presente. A agenda de clima e desenvolvimento tem a ver com seu João, com a dona Maria e com seu Pedro. O sol tem de nascer para todos e tem de chegar no dia a dia das pessoas como solução".

Entre as dezenas de pessoas que compareceram ao evento no Brasil Climate Action Hub, durante a COP 26, Emílio La Rovère, do Centro Clima da COPPE UFRJ, destacou que "o Brasil real é uma coisa, e o que estamos vendo no Brasil de hoje é outra. E é passageira". Ele lembrou que, agora temos uma oportunidade de transformar essa crise em empregos numa economia verde, com soluções baseadas na natureza. "Essa é a mensagem que esse trabalho traz e o mais importante é que se trata de uma construção coletiva, com cenários para uma história de futuro", disse.

Pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), Ana Toni considerou a enorme relevância do debate e agradeceu a todas as entidades, cientistas e demais representantes da sociedade brasileira na pavimentação do caminho até a COP 26. Exortou a construção de um futuro sem desmatamento, sem destruição ambiental e sem desigualdade social, atendendo às vozes que buscam por mudanças efetivas: "É preciso haver uma mudança de mentalidade, pois no futuro não há espaço para o desmatamento, para quem quer destruir o meio ambiente. Esse valor da sociedade contemporânea precisa ganhar outra dimensão".

A deputada federal por Rondônia, a indígena Joênia Wapichana, enfatizou que "preservar a Amazônia e manter a floresta em pé é parte essencial da estratégia de descarbonização, e nada mais justo do que incluir os povos indígenas como protagonistas de todo esse processo. "A floresta precisa estar em pé e viva", enfatizou.

Já o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, reforçou a proposta de que cada estado brasileiro, no âmbito estadual e no municipal, deve ter seu próprio plano de neutralidade de carbono. Além disso, destacou a importância de se estabelecer metas concretas para implementar as estratégias de descarbonização da economia de forma sustentada, "para alcançarmos 2030 e 2050 com resultados positivos". Falando pelo Rio Grande do Sul, o governador Eduardo Leite lembrou que, do ponto de vista



da conscientização para os problemas relacionados à mudança do clima, "já se avançou muito e a ausência do governo federal gerou uma maior mobilização e engajamento social na direção de uma transição justa".

Quando se trata de injustiça social, historicamente, o povo negro do Brasil sofre de racismo ambiental desde a colonização, anunciou o fundador da Uneafro, Douglas Belchior. "Ainda hoje, esse povo tem negado o seu direito à vida, porque a super utilização dos recursos naturais e usufruto em demasia dos corpos no trabalho compulsório, da superexploração do trabalho, gera o que nós temos no Brasil hoje, que é a concentração de riqueza nas mãos de poucos". Reclamou da injustiça que afeta as periferias e que exclui milhões de brasileiros do sistema formal. Belchior insistiu que o processo eleitoral de 2022 "é muito importante e o tema do meio ambiente deve ser central no debate eleitoral do próximo ano".

A cantora Maria Gadu encerrou o painel, lembrando que cultura e meio ambiente caminham juntos e fazem coro que se trata de exprimir a consciência da importância de se manter a floresta de pé, fato que influencia nos destinos quilombolas e dos povos indígenas que falam 274 línguas originárias no País. "Precisamos ser protagonistas dessa história, lembrando o que disse Sônia Guajajara, para quem a luta pela mãe-terra é a mãe de todas as lutas, porque ela é ancestral", concluiu.

Em quase quatro meses, o Centro Clima da Coppe UFRJ e o Instituto Talanoa realizaram uma série de consultas com mais de 300 especialistas e lideranças, como presidentes de empresas, dirigentes de organizações sociais, ex-ministros, governadores, prefeitos, parlamentares, além de empresas, fundos de investimento, coalizões e associações privadas. A maior parte desses atores já detém compromissos de zerar carbono antes de 2050, o que hoje corresponde a 58% das emissões no Brasil. As consultas realizadas deixaram claro que o País possui condições de seguir uma trajetória mais ambiciosa de descarbonização capaz de contribuir com o seu desenvolvimento.



Media advisory

Brazilian civil society brings ambition to the table

Glasgow, Nov 3, 2021 - Representatives from Brazilian society launched on package of proposals to increase Brazil's ambition in relation to the Paris Agreement and to accelerate the pace of the low carbon transition of the country during the decade. The "Climate and Development: visions for Brazil 2030" report reflects a three-month consultation process, which involved more than 300 experts and leaders, including CEOs, former ministers, governors, mayors, Indigenous leaders, parliamentarians, as well as private associations and coalitions. Most of these actors already have committed to net zero before 2050, covering around 58% of the Brazilian emissions.

On the occasion, panelists will comment on the new emission reduction target announced by the Brazilian government. The biggest greenhouse gas emitter in the Southern Hemisphere, Brazil was recently called out by UNEP for being the only G20 country to submit a new NDC that leads to an important growth in emissions.

Speakers:

Emílio La Rovere, Professor at the Federal University of Rio de Janeiro

Natalie Unterstell, President of The Talanoa Institute

Izabella Teixeira, Co-Chair of the UN International Panel on Natural Resources Environment, former Brazilian Minister of Environment

Eduardo Leite, governor of Rio Grande do Sul

Details of the press briefing:

Date: 4 November 2021

Venue: COP 26, Press Conference Room 2, Durdle Door, Area D, ground floor

Time: 9:30 to 10:00

For more information, please contact:

Glasgow: Cristina Amorim, +55 61 99127-6994, cristina.amorim@ipam.org.br

Brazil: Luciana Abade, + 55 61 99648-3575, climaedesenvolvimento2030@gmail.com

Iniciativa promove eventos na COP 26

Depois de muitas dúvidas sobre sua realização, começou em Glasgow, na Escócia, neste domingo (31) a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26). A sociedade brasileira terá uma participação expressiva na reunião, uma que organizações da sociedade civil, academia, coalizações e empresários estão marcando presença com diversas propostas para colocar o Brasil de volta no protagonismo internacional climático.

A Iniciativa Clima e Desenvolvimento: Visões para o Brasil 2030 realizará uma série de eventos nas próximas duas semanas. Já no dia 3 de novembro promove em parceria com o Observatório do Clima, Imaflora e SOS Mata Atlântica, um evento para apresentar os dados de emissões mais recentes do país e discutir novos estudos mostrando o quanto o Brasil pode aumentar sua ambição climática no contexto de uma recuperação verde.

A ex-ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira e os cientistas do uso da Terra Luis Fernando Guedes Pinto (SOS Mata Atlântica) e Tasso Azevedo (OC) serão os debatedores do painel, que contará com moderação de Mariana Piatto (Imaflora), 16h35, no Derwentwater (44 pax).

No dia 4 de novembro a Iniciativa apresentará em uma coletiva de imprensa os cenários de emissão traçados para que o Brasil possa crescer de forma inclusiva com foco em descarbonização. Dessa vez, Izabella Teixeira, integrante do Comitê Externo da Iniciativa dividirá a mesa com o professor Emílio La Rovere e a presidente do Instituto Talanoa, Natalie Undertell, que coordenaram os estudos da Iniciativa.

Na tarde do dia 4 vários atores de movimentos sociais, do setor empresarial, academia, organizações não-governamentais e lideranças políticas convidados pela Iniciativa debaterão um futuro ambicioso de descarbonização para o Brasil, um novo modelo de desenvolvimento para o país que terá como eixos centrais o carbono zero, a transição justa, redução de desigualdade e a redução de desmatamento. O painel será realizado no Brasil Climate Hub, 16h. A moderação será feita por Ana Toni, diretora do Instituto Clima e Sociedade (iCS).

Quem está no Brasil não ficará de fora dessa discussão. Os eventos do Brasil Climate Hub serão transmitidos online e terão tradução simultânea inglês-português/Português inglês. A ferramenta também ajudará quem estiver na COP. Para evitar aglomeração, a lotação do espaço será respeitada, mas quem estiver na COP pode acompanhar de dispositivos móveis a partir de um QR Code.

Acompanhe a programação do espaço: <https://www.brazilclimatehub.org/>.

Estudo da Iniciativa é apresentado na Comissão Geral da Câmara dos Deputados

As propostas da Iniciativa Clima e Desenvolvimento: visões para o Brasil 2030 lançadas dia 15/10 e construídas a partir de um amplo debate com diversos atores e setores da sociedade brasileira, foram discutidas na Comissão Geral da Câmara dos Deputados, na manhã desta terça-feira, 26/10. O documento elaborado pela Iniciativa foi apresentado pela presidente do Instituto Talanoa, Natalie Unterstell, que lamentou o retrocesso das políticas brasileiras para a redução das emissões dos gases de efeito estufa: "Infelizmente, o Brasil, o governo federal brasileiro levará à COP 26 uma meta pior do que a que nós submetemos há seis anos". E lembrou que "o Brasil é o único, entre as grandes economias, que consta com um retrocesso na meta apresentada junto ao Acordo de Paris".

Participaram do evento, entre autoridades e representantes da Iniciativa, o diretor de Economia Verde do WWF Brasil, Alexandre Prado, que alertou para o aumento crescente da temperatura do planeta, fato atestado por mais de dois mil cientistas de todo o mundo, responsáveis pelo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Segundo Prado, "o planeta está mais quente e seco e os principais causadores disso somos nós, a sociedade humana". E alertou: "Aqui, no Brasil, as temperaturas médias mínimas devem subir em torno de meio grau por década se não fizermos nada, e há um incremento superior a 30% no número de dias com temperatura máxima extrema".

Na mesma linha de raciocínio, o secretário executivo do Observatório do Clima e membro do Comitê Externo da Iniciativa, Márcio Astrini, ponderou não haver dúvidas de que, hoje, as mudanças climáticas representam o maior desafio conjunto que a humanidade enfrenta. O mundo, disse ele, "está mobilizado nessa agenda e quem não atua nessa realidade, ou está de costas para o mundo ou é irresponsável, e o atual governo brasileiro está de costas para o mundo na agenda ambiental e é irresponsável na agenda de clima e de meio ambiente".

O objetivo dos parlamentares foi discutir e propor ações e estratégias para o governo brasileiro apresentar na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 26), que acontecerá em Glasgow, Escócia, de 1º a 12 de novembro de 2021, com foco na implementação do Acordo de Paris, considerado um dos mais importantes compromissos multilaterais para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Marina Marçal, integrante do Comitê Executivo e coordenadora de Política Climática do Instituto Clima e Sociedade (iCS), se reuniu com embaixadores e parlamentares na última semana, conversando sobre as oportunidades do Brasil com a COP26 e como o relatório final da Iniciativa Clima e Desenvolvimento: visões para o Brasil 2030 aponta possibilidades concretas de descarbonização e desenvolvimento justo. "Nós temos um resultado inédito com três cenários que demonstram que o Brasil pode descarbonizar com uma meta muito mais ambiciosa, mas também gerando empregos e melhorando a qualidade de vida dos brasileiros. Algo que, como mulher negra, tenho muito orgulho de ter participado da construção, porque sei o quanto ações como essa podem trazer impactos para a população negra num cenário de tanta fome e desemprego".

Desde o lançamento, o documento tem sido entregue por membros da Iniciativa, pessoalmente, à diversos atores-chaves como embaixadores do Reino Unido, Alemanha e Noruega, além de Ministérios da Economia, Conselho Nacional de Justiça e líderes no Congresso como a senadora Kátia Abreu,

presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado e o senador Jacques Wagner, presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Rumo à COP 26, brasileiros se unem para propor estratégia ambiciosa de desenvolvimento inclusivo e de baixo carbono

Representantes da sociedade brasileira lançam, nesta sexta-feira, 15/10, o documento "Clima e Desenvolvimento: visões para o Brasil 2030", com propostas concretas para aumentar a ambição brasileira no Acordo de Paris e acelerar o ritmo de transição para baixo carbono do País, nesta década. O texto reflete um processo de consulta de três meses, que envolveu mais de 300 especialistas e lideranças, como presidentes de empresas, dirigentes de organizações sociais, ex-ministros, governadores, prefeitos, parlamentares, diretores de fundos de investimento, além de coalizões e associações privadas. A maior parte desses atores já detém compromissos de zerar carbono antes de 2050, que, hoje, correspondem a 58% das emissões no Brasil.

O documento busca refletir qual deve ser a transformação do País em relação ao seu atual perfil de emissões de gases de efeito estufa. Uma das contribuições do documento é mostrar que, no que se refere às estratégias brasileiras para enfrentar a mudança do clima, há três apostas críticas: precificação de carbono, controle do desmatamento e construção de uma economia da restauração florestal.

Se investir nessas três áreas, o Brasil poderá reduzir entre 66% e 82% suas emissões até 2030, em relação ao ano de 2005. Esses percentuais se referem a cenários desenvolvidos pela iniciativa e submetidos à consulta ampla. A título de comparação, a meta do governo atual é reduzir 43% das emissões, no mesmo período, proposta que vem sendo criticada por não se alinhar ao Acordo de Paris. O potencial e a progressividade das metas climáticas serão o assunto da COP26, que se realizará em Glasgow, Escócia, entre 31 de outubro e 12 de novembro.

Outro ponto importante é que esses caminhos de redução ambiciosa propostos não implicam em sacrifícios para a economia. Em termos de PIB e renda, eles aumentam levemente nos cenários de descarbonização. Também têm o potencial de gerar mais de 120 mil novos empregos "verdes" nos setores de serviços, agricultura, transportes e resíduos.

Desmatamento - Os cenários consideram que, em 2023, quando as áreas desmatadas atingirem um patamar 15% superior ao de 2019, é que serão retomados os esforços para prevenir e controlar o desmatamento. Assim, a proposta inclui dois cenários: no de 66% de redução, haverá uma diminuição da área desmatada, em todos os biomas, de 41% em 2030 em relação a 2023. Já no cenário mais ambicioso, os biomas Amazônia e Mata Atlântica atingirão o desmatamento zero em 2030, com queda de 20% nos demais biomas em comparação a 2023. A implementação dessas metas depende da eliminação de incentivos à grilagem e da destinação de terras públicas, além do fortalecimento da fiscalização ambiental.

Restauração florestal - A aposta em uma economia da restauração de florestas visa gerar 4,8 milhões de novos hectares restaurados, gerando emprego, renda e maior qualidade ambiental.

Mercado de carbono - Os cenários propostos podem ser alcançados com um preço de carbono de 19 USD/t CO₂eq. O trabalho recomenda a regulação imediata, por meio de legislação, de um mercado doméstico de carbono. Houve consenso, nas consultas, que parte das receitas que esse mecanismo pode gerar ao governo deve servir para compensar as classes mais pobres e garantir que não percam poder de compra, o que pode reduzir desigualdades.

Tecnologia - O trabalho ilustra que, diferentemente da maior parte dos países, o Brasil tem o potencial de reduzir expressivamente suas emissões, a custos baixos, sem depender da implementação de novas tecnologias disruptivas, como hidrogênio e captura de carbono, que podem ser adotadas em maior escala e a mais longo prazo.

Financiamento - Segundo o documento, uma forma de viabilizar os cenários mais ambiciosos é destravar as finanças climáticas no Brasil, tanto do ponto de vista da transição do sistema financeiro para o de baixo carbono, quanto de financiar essa transição. O investimento adicional (CAPEX) em ações de mitigação, nestes cenários, é de BRL 92,2 bilhões, acumulados ao longo da década, valor bastante razoável para o porte da economia e os meios financeiros disponíveis internamente.

Implementação - Sugere-se um cardápio de medidas e políticas, como aumentar a transparência dos subsídios e incentivos fiscais concedidos no país, especialmente a atividades intensivas em carbono; e eliminar incentivos à invasão de terras públicas, promovendo sua completa destinação até 2030.

Prática - Para sair da ambição à ação, o documento propõe partir de experiências em curso no País, as quais têm potencial para ganhar escala ou ser replicadas. O documento traz um mapa com cases bastante expressivos. É uma amostra do ecossistema de atores brasileiros comprometidos com metas net zero até 2050. Esses atores querem capturar as oportunidades da economia global de baixas emissões, ao mesmo tempo em que desejam que as indústrias se fortaleçam e as comunidades e cidades se tornem mais prósperas, seguras e limpas.

Guia de referência para atores públicos e privados - Os cenários servem de referência prática (benchmarks) para um conjunto amplo de atores se alinhar, de forma ambiciosa, ao Acordo de Paris. Por exemplo, governos e entes privados podem formular ou revisar suas metas intermediárias de transição rumo à net zero, considerando os cenários aqui propostos. Da mesma forma, investidores e empreendedores podem aproveitar oportunidades de negócios e investimentos em mercados que tendem a "aquecer".

Os três cenários desenvolvidos na iniciativa são:

Cenário de Retomada Econômica (REF - referência) - prevê a retomada do desenvolvimento econômico com distribuição de renda, mas sem adotar uma política amigável para o clima; com isso, há aumento do desmatamento até 2023, seguido de queda até 2025 e estabilidade até 2030; o Plano ABC, o Renovabio e os programas de mitigação atuais seguem o desempenho usual, sem precificação explícita do carbono nem novas políticas climáticas até 2030; com isso, as emissões de GEE, em 2030, serão apenas 41% inferiores às de 2005, ficando aquém do compromisso da NDC brasileira para o Acordo de Paris (43%)

Cenário de Retomada e Transição Justa (CMA1 – cenário de mitigação adicional 1) - agrega ao cenário REF uma redução radical do desmatamento e aumento da plantação de florestas em áreas públicas e privadas, a partir de 2025; e a precificação do carbono: um mercado de cotas comercializáveis de emissões do uso de energia fóssil e de processos/produtos (IPPU) para o setor industrial; e uma taxa de carbono sobre as emissões do uso de combustíveis fósseis nos demais setores da economia. O preço do carbono cresce até atingir 9,5 US\$/tCO₂e em 2025, e 19 US\$/tCO₂e em 2030; 100% das receitas da precificação de carbono são destinadas à redução de encargos trabalhistas e a transferências de renda para evitar a perda de poder de compra das famílias mais pobres; políticas setoriais investem mais BRL 92,2 bilhões acumulados (em relação ao REF) em ações de mitigação de custos compatíveis com o preço de carbono em cada período; isto permite alcançar uma redução de 66% das emissões em 2030, em comparação com 2005, em trajetória compatível com o alcance do objetivo de emissões líquidas zero em 2050, e com o mesmo crescimento econômico, melhor distribuição de renda e criação de 113 mil empregos adicionais em 2030, em comparação com o REF.

Cenário de Retomada, com transição justa para a neutralidade climática e taxa anual de desmatamento zero em 2030, na Amazônia e Mata Atlântica (CMA2 – cenário de mitigação adicional 2) - agrega ao CMA1 um nível ainda maior de efetividade das políticas de redução do desmatamento, que chega a zero na Amazônia e na Mata Atlântica, e para incrementar as remoções de carbono em mais 30% (em relação ao CMA1), em especial nas terras indígenas e unidades de conservação; desta forma, as emissões líquidas do setor de AFOLU (agricultura, pecuária, mudança do uso da terra e remoções) se tornam negativas em 2030; isto permite que as emissões do País, em 2030, sejam 82% inferiores ao nível de 2005.

O processo de construção do documento foi conduzido pelo Centro Clima da COPPE-UFRJ, responsável pelo envolvimento de especialistas, e pelo Instituto Talanoa, que coordenou as consultas de alto nível com lideranças dos campos econômico, financeiro e social. O trabalho recebeu o apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS) e contou ainda com a parceria de um conjunto expressivo de organizações, redes e coalizões.

A Iniciativa Clima e Desenvolvimento: visões para o Brasil 2030 é coordenada por um Grupo Executivo, formado por dez instituições da sociedade civil organizada, academia e um grupo jurídico. A Iniciativa conta também com a articulação de um Grupo Externo, que congrega nomes relevantes da área ambiental e do setor produtivo.